

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.280 - SP (2019/0013400-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JM BARRETO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : THIAGO SANSÃO TOBIAS PERASSI E OUTRO(S) - SP238335
KARINA MARASCALCHI DA SILVEIRA - SP301669
MATHEUS ALVES RIBEIRO - SP208429
MANOEL FRANCISCO DA SILVEIRA - SP255197
DANILO DE CARVALHO ABDALA - SP296407
DAVID MICHAEL ALVES DO NASCIMENTO - SP379408
LÍVIA REGINA GONÇALVES SBROGGIO - SP391099
NATHALIA MELAZI CAOBIANCO - SP406143
AGRAVADO : SILVANO BARBOZA DA PENHA
ADVOGADO : ANTONIO LAFAIETE DA SILVA JUNIOR - SP357810

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por JM BARRETO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, em face de decisão que não admitiu o recurso especial por ela manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

1. O recurso especial discute, entre outras questões, as hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, matéria afetada pelo Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, sob o rito dos Recursos Representativos de Controvérsia, à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Resp nº 1.585.736/RN, (DJe 14/06/2017), Tema nº 929.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal de origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos, consoante determina o artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Ressalta-se que *"somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo"* (REsp 1.361.535/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 8/2/2017).

Vale lembrar, ainda, que a competência para aplicação da sistemática de recursos repetitivos é do Tribunal de origem, a teor do disposto no artigo 543-C do

CPC/73, atual artigo 1.040 do CPC/2015. Aplicação analógica da interpretação dada pelo STF à sistemática do artigo 543-B do CPC/1973.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem para que o recurso especial subjacente permaneça suspenso até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o tema 929, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/2015 e, após, observe-se a sistemática prevista nos artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator

